



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

(98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.026540/2022-33

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura aquisição de equipamentos médico-hospitalares a fim de suprir as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HUUFMA, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEERH, conforme termos e condições constantes neste Termo de Referência.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da aquisição de material permanente para uso do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSEERH, de acordo com sua necessidade e com a devida autorização e aprovação da autoridade competente, conforme consta no presente processo.

2.2. O Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão é uma instituição hospitalar pública do Sistema Único de Saúde, com atendimento universal e gratuito voltado para atendimento de média e alta complexidade nas áreas de ginecologia, obstetrícia, ortopedia, neurocirurgia, hemodinâmica, nefrologia, litotripsia, transplante e realização de exames de raios-x, ultrassonografia, tomografia computadorizada, mamografia, seriografia, endoscopia, cirurgias oftalmológicas, etc.

2.3. Considerando a natureza dos serviços prestados pelo Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSEERH que trata com a vida de indivíduos devendo estar apto a dar respostas imediatas às situações que envolvem o atendimento do usuário de modo a tomar medidas de caráter decisório de resguardo do interesse público.

2.4. Considerando que a gestão tecnológica dos equipamentos e instalações assume cada vez mais importância diante dos problemas enfrentados para preservação dos ativos operacionais, com qualidade, segurança, disponibilidade e custos compatíveis.

2.5. Considerando que o gerenciamento adequado do parque de equipamentos deve estar compatível com a importância e responsabilidade do hospital como organização de preservação da vida.

2.6. Considerando que a aquisição dos equipamentos médico-hospitalares presente neste processo visa equipar o Centro de Pesquisa Clínica HU-UFMA/EBSEERH tendo em vista a adequação e ampliação dos serviços prestados no cumprimento de seus objetivos acadêmicos e sociais.

2.7. Considerando o **Projeto para implantação ou consolidação de Centro de Pesquisa Clínica em Hospitais da Rede EBSEERH** (Processo SEI23523.015076/2022-50) que prevê a aquisição de equipamentos médico-hospitalares.

2.8. Considerando a aprovação da propostas apresentada pelo Centro de Pesquisa Clínica (CEPEC/HU-UFMA) à EBSEERH, com orçamento total estimado em **R\$ 309.052,00 (trezentos e nove mil cinquenta e dois reais)**.

2.9. Considerando o objetivo de consolidar as ações executadas pelo CEPEC/HU-UFMA através da melhoria do seu parque tecnológico, a ser alcançada com o apoio financeiro da EBSEERH- Edital SEI nº 01/2022/DEPAS. Busca-se com a proposta: *Adquirir equipamentos para possibilitar a ampliação de pesquisas no HU-UFMA voltadas para a melhoria de diagnóstico, tratamento dos pacientes com patologias genéticas, incluindo às relacionadas à oncologia, no Estado do Maranhão e outros Estados que possuem HUF da Rede Ebserh que queiram desenvolver pesquisas em conjunto.*

2.10. Diante do exposto, o presente processo de aquisição de equipamentos médico-hospitalares pretende atender a necessidade de modernização do parque tecnológico do CEPEC/HU-UFMA, visando proporcionar maior eficiência na gestão do serviço, garantindo assim as boas práticas dos serviços prestados.

2.11. Essa contratação constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração visando o alcance dos objetivos do HU-UFMA:

2.11.1. Prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade em especial na Alta complexidade, de forma universalizada e igualitária harmonizada com o Sistema Único de Saúde - SUS.

2.11.2. Ser campo de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins, em estreita relação e sob orientação das Coordenadorias e dos Departamentos que nele efetivamente atuam.

2.11.3. Aprimorar a qualidade acadêmica e científica dos profissionais, contribuindo para o fortalecimento e expansão da pós-graduação.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A seguir quadro com a especificação e os quantitativo dos Itens a serem fornecidos, e respectivos códigos CATMAT - Catálogo de Material:

Item	Cód. HU-UFMA/EBSERH	CATMAT	Equipamento	Apresentação	Quantidade
1	5002036	479583	AGITADOR DE MICROPLACAS 1- Compacto e universal adequado para pequenas amostras de 96 well; 2- Operação contínua; 3- Controle de Velocidade até 2000rpm; 4- Motor sem escovas de baixo ruído longa duração; 5- Alimentação: 220V 6- Tipo vortex; 7- Garantia mínima de 12 meses.	UN	1
2	5002056	271427	BALANÇA ANALÍTICA ELETRÔNICA 1- Capacidade: 220g; 2- Painele Digital; 3- Resolução: 0,0001g; 4- Span drift (+10...+30 °C) +/- 3ppm/°C; 5- Tempo de resposta: 4s aproximadamente; 6- temperatura de operação: 10°C~30°C; 7- Alimentação Bivolt; 8- Dimensões mínimas da câmara de pesagem: (A x L x P) 330 x 140 x 16 mm; 9- Garantia mínima de 12 meses.	UN	1

3	5004312	480704	MICROSCÓPIO TRINOCULAR 1- Iluminação transmitida com opção para LED e também para lâmpada halógena, para campo claro e contraste de fase; 2- Ótica infinita; 3- Lentes de cristal com tratamento antifungo; Estativa e engrenagens em metal, composto de: 4- Estativa de alumínio anodizado; 5- Fonte de alimentação integrada estabilizada de 12 V DC Bivolt 6- Diafragma de campo para alinhamento de iluminação segundo Koehler; 7- Sistema de desligamento automático ativável; 8- Revólver com sistema light manager, onde a intensidade luminosa se adequará automaticamente para cada objetiva em uso reverso, voltado para a estativa, para 5 objetivas; 9- Botões bilaterais para controle de foco micrométrico e macrométrico; 10- Suporte para condensador com movimento vertical; 11- Botão para controle de intensidade luminosa próximo ao controle de foco. 12- Platina com área de trabalho mínima de 75 x 50 mm; 13- Charriot do lado direito, posicionado baixo, próximo a bancada, permitindo sua utilização sem a retirada da mão da bancada; 14- Presilha para 2 lâminas do lado esquerdo; 15- LED com, no mínimo, 5700 K e 10 W; 16- Lâmpada halógena de 12 V / 35 W ou mais potente; 17- Conjunto de filtros: balanço de branco, verde, filtro conversor 5700 – 3200K; 18- 2 oculares de 10 x com campo visual mínimo de 23 mm, focalizáveis, com conchas de proteção de borracha;	UN	1
---	---------	--------	---	----	---

			<p>19- Tubo trinocular ergonômico com inclinação de 20 graus ou menor, campo visual mínimo de 23 mm;</p> <p>20- Ajuste interpupilar, em metal, tipo Siedentopf;</p> <p>21- Entrada vertical para adaptação de câmera, 50 % oculares : 50 % câmera;</p> <p>22- Objetiva planacromática de 5 x / 0,15 PH, WD = 12.0 mm ou maior;</p> <p>23- Objetiva planacromática de 10 x / 0,25 PH, WD = 6.5 mm ou maior;</p> <p>24- Objetiva planacromática de 20 x / 0,45 PH, WD = 0.65 mm ou maior;</p> <p>25- Objetiva planacromática de 40 x / 0,65 PH, WD = 0,60 mm ou maior;</p> <p>26- Objetiva planacromática de 63 x / 0,85 PH, WD = 0,20 mm ou maior;</p> <p>27- Objetiva planacromática de 100x/ 0,80, a seco, WD = 0,97 mm ou maior;</p> <p>28- Condensador de Abe com abertura numérica de 0,9 / 1,25, com diafragma iris, para objetivas de 5 a 100 x, ajustável para iluminação segundo Koehler, com slot para utilização de acessórios para campo escuro e / ou contraste de fase;</p> <p>29- Disco modulador para contraste de fase;</p> <p>30- Polarizador rotacional 90° com suporte para filtros;</p> <p>31- Analisador fixo;</p> <p>32- Luneta para alinhamento dos anéis de fase</p> <p>33- Suporte traseiro para acomodação do cabo de energia, facilitando transporte do equipamento;</p> <p>34- Capa de proteção e cabo para conexão em rede elétrica;</p> <p>35- Câmera digital colorida para microscopia, resolução de 5Mb, interface USB 3.0, sensor CMOS, adaptador C-mount de 0,63x, tamanho do pixel: 3,45um x 3,45um, sensor de 2/3".</p> <p>36- Garantia mínima de 12 meses.</p>		
4	5001717	458809	MICROSCÓPIO BIOLÓGICO BINOCULAR	UN	2
			1- Microscópio binocular com ótica infinita e		

			<p>engrenagens de metal;</p> <p>2- Iluminação transmitida com led de luz branca de 5700k ou superior;</p> <p>3- Bivolt automático (127/220w) , sem necessidade de ajustes manuais;</p> <p>4- Botão de liga e desliga de fácil acesso e display de intensidade de luz em ambos os lados da Estativa;</p> <p>5- Lentes de cristal com proteção antifungo;</p> <p>6- Estativa com comandos bilaterais de foco macro e micrométricos bilaterais;</p> <p>7- Revolver no mínimo para 04 objetivas;</p> <p>8- Tubo binocular ergonômico de 20-25º graus /20;</p> <p>9- Platina mecânica retangular de alta resistência e charriot lado direito com suporte para uso de uma lâmina;</p> <p>10- Objetivas com os seguintes aumentos e aberturas numéricas mínimas para uso com lamínulas padrões de 0,17 de espessura:</p> <p>11- 4x/0,10 planacromática,</p> <p>12- 10x/0,25 planacromática,</p> <p>13- 40x/0,65 planacromática;</p> <p>14- 100x/1,25 de imersão a óleo planacromática, acompanhada de frasco de óleo de 20 ml;</p> <p>15- Condensador de 0,9/1,25 para campo claro, pré ajustado;</p> <p>16- 02 oculares focalizáveis de campo amplo maior ou igual a 20 mm, com ampliação de 10x, acompanhada de conchas e uma seta indicadora,</p> <p>17- Alça para facilitar o transporte do equipamento;</p> <p>18- Suporte para facilitar o armazenamento dos cabos na parte traseira do microscópio;</p> <p>19- Porta usb 5v;</p> <p>20- Capa protetora.</p> <p>21- Possibilidade futura das técnicas de contraste de fases, campo escuro, polarização e epifluorescência led.</p> <p>22- Garantia mínima de 12 meses.</p>		
5	50032724	345341	FREEZER (com variação no intervalo mínimo de	UN	2

			<p>-17°C a -23°C.)</p> <p>1 - REFRIGERADOR TIPO FREEZER, FROST FREE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 220 LITROS,</p> <p>2 - Características mínimas:</p> <p>3 - Freezer vertical, Frost Free, com porta reversível e prateleiras internas.</p> <p>4 - Linha branca.</p> <p>5 - Capacidade mínima de armazenagem de 220 litros.</p> <p>6 - Termostato de ajuste de temperatura, com variação no intervalo mínimo de -17°C a -23°C.</p> <p>7 - Pés ajustáveis para nivelamento.</p> <p>8 - Tensão de alimentação 220V.</p> <p>9 - Aparelho acompanhado de pelo menos 01 (um) manual do usuário, original.</p> <p>10 - Freezer entregue embalado e devidamente protegido em embalagem de caixa em papelão, lacrada, protegido internamente com isopor, plástico bolha, manta de polietileno ou outro material que garanta a sua integridade e proteção.</p> <p>11 - As características e dimensões não citadas do refrigerador deverão atender às exigências das normas referenciadas ao caso.</p> <p>12 - Certificado e laudos: Selo de Identificação de Conformidade e de fabricação de acordo com as exigências de eficiência energética padrão "A", certificado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO e conforme as disposições do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL.</p> <p>13 - Garantia mínima de 12 meses.</p>		
6	5009591	430394	<p>BANHO MARIA HISTOLÓGICO</p> <p>1- Equipamento construído em resina de alta resistência;</p> <p>2- acabamento externo com pintura epóxi;</p> <p>3- Cuba interna de alumínio na cor preta;</p> <p>4- pintura eletrostática a pó e alta resistência à oxidação; Bordas largas com 50 mm (+/- 5%);</p>	UN	1

			<p>5- Chave liga e desliga com indicador através de LED;</p> <p>6- Mostrador digital;</p> <p>7- Temperatura controlada através de termostato analógico ou digital para ajuste de temperatura no mínimo de 10° a 90°C;</p> <p>8- Sistema de proteção para bloqueio do aquecimento das resistências aos 90°C, não permitindo que as temperaturas sejam excedentes a esse valor;</p> <p>9- Possuir protetor Térmico de desligamento total do equipamento em temperaturas maiores que 100°;</p> <p>10- Voltagem: Bivolt automático ou 220 V / 50-60 Hz</p> <p>11- Modo de Operação: Contínuo;</p> <p>12- Grau de proteção: IPX0;</p> <p>13- Capacidade: Até 2 litros de água;</p> <p>14- Garantia mínima 12 meses</p>		
7	50029588	230057	<p>ESTUFA DE ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM ANALÓGICA COM CAPACIDADE DE 40 LITROS</p> <p>1. Gabinete construído em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e acabamento (pintura) em epóxi texturizado eletrostático;</p> <p>2. Câmara interna em aço carbono SAE 1020, com pintura em tinta alumínio resistente a altas temperaturas (600°C) em aço inox;</p> <p>3. Saída superior – respiro para gases, umidade ou acomodação do termômetro;</p> <p>4. Trilhos internos para deslocamento das bandejas;</p> <p>5. Sistema de fecho tipo rolete;</p> <p>6. Vedação com perfil de silicone de alta temperatura;</p> <p>7. Porta fusível, com fusível de proteção;</p> <p>8. Pannel de controle dotado com Termômetro;</p> <p>9. Chave geral liga/desliga; Termostato; Porta fusível;</p> <p>10. Temperatura de trabalho: 50°C até 250°C;</p>	UN	1

			11. Controle de temperatura: Analógico – termostato eletromecânico; 12. Indicação de processo: Lâmpada piloto; 13. Cabo de alimentação: Com plug de 3 pinos, duas fases e um terra, NBR 14136; 14. Sistema de aquecimento: Resistência blindada; 15. Isolamento térmico: Isolação térmica em lã de vidro, inclusive nas portas; 16. Circulação de ar: Circulação de ar por convecção natural, livre de ruídos; 17. Alimentação: Bivolt automático ou 220V; 18. Acessórios inclusos: Bandejas; 19. Garantia mínima de 12 meses.		
--	--	--	--	--	--

3.2. Cada item é independente, conforme a quantidade declarada, ou seja, o fornecimento será executado por item, a ser entregue no Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão/EBSERH, conforme determinação deste Termo de Referência.

3.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

3.4. Será adota a modalidade de licitação denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos do art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das regras e prazos previstos na referida lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE).

3.5. O julgamento das propostas será pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerando-se as condições estabelecidas no edital licitatório.

4. **DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

4.1. Em razão da Lei Complementar nº 147/2014 (que alterou a LC 123/2006), dos artigos 6º, 8º e 9º do Decreto nº 8.538/2015 e, ainda, da Orientação Normativa nº 47-AGU (divulgada pela Portaria AGU nº 124, de 25 de abril de 2014), o presente processo licitatório **NÃO PRIORIZARÁ** a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), uma vez que, considerando a situação prevista no Art. 10º, inciso I, do Decreto nº 8.538/2015, não há o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Há, ainda, a incerteza quanto ao êxito da licitação, que pode resultar deserta ou fracassada, comprometendo assim a continuidade da atividade da assistência hospitalar.

4.2. De acordo com Art. 10º, incisos II, do Decreto nº 8.538/2015, não se aplicará a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, visto que poderá resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

5. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **Condições de Participação:**

5.1.1. O fornecedor a ser contratado não pode incorrer em quaisquer das vedações previstas no Art. 69 do RLCE 2.0, a saber:

5.1.1.1. Estará impedida de participar de licitações e de ser CONTRATADA pela Ebserh a empresa:

- I - suspensão no âmbito da Rede Ebserh;
- II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

- III - impedida de licitar e de contratar com a União;
- IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
- X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

5.1.1.1.1. Aplica-se a vedação prevista no subitem 5.1.1.1:

- I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Ebserh;
- II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
 - b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;
 - c) autoridade do Ministério da Educação;
 - d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
- III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

5.1.1.1.2. A vedação prevista no subitem 5.1.1.1 também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.1.1.1.3. A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do subitem 5.1.1.1 e no subitem 5.1.1.1.2 deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.1.1.1.4. O disposto nos subitens 5.1.1.1.2 e 5.1.1.1.3 deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento.

5.1.1.1.5. Documentos passíveis de análise acerca do quadro societário:

- I - No caso de **Microempreendedor Individual (MEI), Empresário Individual - EI**, deve-se considerar o nome do empresário indicado no CCMEI;
- II - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP** sem sócios, **Empresário Individual - EI**, deve-se considerar o nome indicado no Registro Público de Empresas Mercantis;

- III - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, com sócios, Sociedade Simples**, deve-se considerar o Contrato Social;
- IV - Na **Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**, deve-se considerar o Contrato Social;
- V - Na **Sociedade Limitada**, deve-se considerar o Contrato Social;
- VI - Na **Sociedade Anônima**, deve-se considerar o Estatuto Social.

5.1.2. A proponente deverá encaminhar declaração que comprove obediência ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

5.2. Condições de Habilitação:

5.2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.2.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

5.2.3. Da qualificação técnica:

5.2.3.1. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da **apresentação de no mínimo um atestado de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

5.2.3.2. Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante, caso se aplique;

5.2.3.2.1. **Ficará a cargo do proponente, provar que o equipamento objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.**

5.2.3.2.2. Em caso de registro do produto vencido, a licitante deverá apresentar documento legível da solicitação de sua revalidação (Petição I e II), acompanhada do registro vencido. A não apresentação do registro do produto e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.

6. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de *05 (cinco)* dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de *05 (cinco)* dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

6.3.2. a CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

6.3.3. a CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 183 e 184 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

6.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

6.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HU-Ufma, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

6.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

6.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

6.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

6.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Da forma de fornecimento:

7.1.1. A entrega do(s) material(is) deverá ser efetuada no **Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, em até 60 (sessenta) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho**, no seguinte endereço: **Rua Barão de Itapary, 227 – Centro – São Luís (MA)**, no horário das **08:00 às 11:00** das **14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis**.

7.1.2. O fornecedor deverá efetuar a instalação e treinamento em até 15 (quinze) dias corridos a partir da entrega do material.

7.2. Do controle e fiscalização da execução:

7.2.1. O acompanhamento da execução do fornecimento referente ao objeto deste contrato será feito pela **CONTRATANTE**, por intermédio do Equipe de fiscalização designados por portaria específica da Superintendência desta EBSERH/HUUFMA.

7.2.2. O responsável pela fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação do serviço, objeto deste contrato, determinando o que for necessário à regulamentação das falhas ou impropriedades observadas.

7.2.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.2.4. A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da **CONTRATANTE**.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Das condições de aceitação do objeto:

8.1.1. O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

8.1.1.1. **provisoriamente**, no prazo de até 3 (três) dias corridos contados da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) material(is) apresentados com as especificações constantes no Edital, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

8.1.1.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.1.2. **definitivamente**, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento provisório, por Comissão / Servidor designado pela Autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue de conformidade com o exigido neste Edital.

8.1.1.2.1. Um representante da CONTRATADA deverá estar presente no momento da abertura das embalagens para conferência de conformidade do objeto. A CONTRATADA, formalmente, poderá abrir mão de sua presença no momento da conferência do objeto.

8.1.1.2.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.1.2. Em caso de conformidade, a Comissão / Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do Hospital Universitário da UFMA, para fins de pagamento.

8.1.3. Em caso de não conformidade, a Comissão / Servidor designado devolverá Nota Fiscal / Materiais, para as devidas correções.

8.1.4. Os produtos deverão apresentar quando da entrega, registrados em suas embalagens os seguintes dados: **data de fabricação; data de validade do produto, lote de fabricação, as embalagens violadas serão rejeitadas.**

8.1.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.1.6. O recebimento definitivo do objeto contratado, representado pelo ateste da execução da despesa, é requisito para a instrução do processo de pagamento.

8.2. Das condições de pagamento:

8.2.1. A EBSEH - Hospital Universitário da UFMA efetuará o pagamento à licitante vencedora, **em até 30 (trinta) dias**, através de depósito bancário, em conta, na Agência Bancária e conta indicada pela CONTRATADA, depois de certificado o recebimento definitivo com a verificação da qualidade e quantidade e sua consequentemente aceitação mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme cláusula segunda, inciso I, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e pelo Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.

8.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.2.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.2.5. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.2.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou

entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.2.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

8.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.2.11.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.2.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
		TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. DA FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

9.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 (art. 1º e parágrafo único) e o Decreto nº 10.024/2019 (art. 3º, inciso II), por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme previsto no art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016, a ser CONTRATADA mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.1. Critério de julgamento:

10.2. O critério de julgamento será o de menor preço, nos termos do Art. 54, I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

10.3. Modo de disputa:

10.3.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.4. **Condições de participação:**

10.5. As condições de participação e habilitação estão elencadas no item 5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Termo de Referência.

11. **DO SIGILO DO ORÇAMENTO**

11.1. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento, dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme Art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh RLCE 2.0.

12. **DAS RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

12.1. **Das obrigações da licitante vencedora:**

12.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

12.1.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

12.1.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.1.4. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12.1.1.5. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.1.1.5.1. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Ebserh a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

12.1.1.6. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.1.7. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

12.1.1.8. Efetuar instalação e treinamento Técnico e Operacional no local de instalação dos equipamentos, durante o período de garantia, sem ônus para CONTRATANTE.

12.1.1.9. Fornecer prazo de garantia do não inferior ao estabelecido para cada equipamento neste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento.

12.2. **Das obrigações da CONTRATANTE:**

12.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.2.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.2.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

13.2. Em caso de infração administrativa, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

13.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.3.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

13.3.2. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir do qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

13.3.2.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não manter a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

13.4. As sanções previstas nos subitens 13.3.1. e 13.3.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 13.3.2, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual, nos termos do § 2º do artigo 82 da lei 13.303/16, do RLCE 2.0 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99.

13.5. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa CONTRATADA.

13.6. Caso não seja identificado o pagamento da GRU sobre a multa, a CONTRATANTE deverá proceder com o desconto de eventuais créditos em benefício da empresa CONTRATADA e, caso não existam créditos disponíveis, executar a garantia contratual caso exista, restando possível a cobrança judicial dos valores devidos na hipótese de não quitação da multa após os procedimentos listados.

13.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a CONTRATADA será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no Contrato e demais cominações legais.

13.10. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo CONTRATANTE e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.

13.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

13.13. À CONTRATADA será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional – SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, disponível no sítio <http://bit.ly.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

14. **DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

14.1. A Garantia compreende todas as intervenções técnicas necessárias para o funcionamento nas condições previstas nas especificações técnicas do equipamento, normas, legislações e condições deste Termo de Referência.

14.2. Para os equipamentos, entende-se por perfeito funcionamento quando, após atendimento, os equipamentos estiverem operacionais conforme exigido por este Termo de Referência, e as demais funcionalidades idênticas as das instaladas em fábrica.

14.3. As peças substituídas no período da garantia deverão ser novas e originais do fabricante, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE.

14.4. Todas as partes, peças, acessórios e equipamentos estarão sujeitas ao mesmo período de garantia estabelecido para cada equipamento neste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento.

14.5. As partes, peças e acessórios que forem substituídos durante o período de garantia terão garantia estendida até o prazo da vigência da Garantia dos equipamentos, não se estendendo por além dos meses pactuados, salvo nos casos de descumprimento de disponibilidade do equipamento como definido neste Termo de Referência.

14.6. Fica a CONTRATADA responsável por vícios ou defeitos de fabricação ou desgaste anormal dos equipamentos e peças, pelo período estabelecido para cada equipamento neste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento, obrigando-se a reparar o dano e substituir as peças que se fizerem necessárias, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE.

14.7. Para efeito de cumprimento da garantia, quando da instalação dos equipamentos, a empresa CONTRATADA poderá utilizar MÉTODO DE LACRE OU OUTRO EXPEDIENTE que garanta a identificação da violação dos equipamentos durante o prazo de garantia, obrigando-se a efetuar a troca a cada atendimento ao equipamento. Toda operação de lacre do equipamento, deverá ser identificada na ordem de serviço, ou documento equivalente, da empresa responsável pela instalação/manutenção do equipamento, com a assinatura datada do responsável pela unidade beneficiada, identificado no documento. Cópias desses documentos devem ser entregues aos responsáveis da CONTRATANTE e da CONTRATADA no ato da assinatura.

14.8. No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outros iguais ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE.

14.9. A CONTRATADA deverá realizar atualizações mandatórias e sem custos de versão dos softwares (sistema de controle, sistema operacional e drivers) durante todo o período de garantia.

14.10. A CONTRATADA deverá garantir que os equipamentos e softwares, estejam livres de defeitos durante o período de garantia e corrigir os defeitos, sem custos de partes, peças, acessórios, software, viagens ou horas técnicas de trabalho.

14.11. A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento de todos os softwares a serem utilizados por todos os sistemas e equipamentos fornecidos.

14.12. A CONTRATADA certifica e garante que o equipamento atende ou excede as disposições aplicáveis dos requisitos legais, regulatórios e normativos de segurança e eficácia. Caso as referidas leis, regulamentos e normas não sejam cumpridos, a CONTRATADA deverá corrigir as deficiências por recursos próprios.

14.13. Durante o período de garantia dos equipamentos, Assistência Técnica Integral no local de instalação do equipamento, estando o CONTRATANTE isento de todo e qualquer custo de manutenção durante este período.

14.13.1. **Entendendo-se por Assistência Técnica Integral todas as manutenções corretivas e preventivas, calibração, peças, acessórios e componentes, que forem necessárias para o funcionamento do equipamento em conformidade com as características técnicas para o qual o mesmo foi projetado e as especificações descritas nos manuais do fabricante.**

14.13.2. O prazo de Atendimento Técnico deverá ser de no máximo 02 (dois) dias úteis e o Prazo de Reparo de no máximo de 10 (dez) dias corridos, ou 30 (trinta) dias corridos para aqueles que envolvam peças com importação comprovada.

14.13.3. É de responsabilidade da CONTRATADA comprovar e demonstrar, por meio de relatório técnico, emitido por profissional qualificado com o devido registro no Conselho de Classe competente, que o equipamento foi objeto de vandalismo, depredação ou mal uso. O relatório deve, no mínimo, conter fotos, ensaios e testes realizados para identificação do defeito, causas dos defeitos apresentados e o nome completo do(s) profissional(is) que elaboraram o documento. Uma cópia física, datada e assinada deve ser encaminhada para o CONTRATANTE, que poderá contestar o relatório nas ocasiões em que julgar pertinente.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução considerando o caráter de pronta entrega e pagamento da contratação, bem como a possibilidade de onerar as propostas apresentadas e de restrição da

competição.

16. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

16.1. Os produtos a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber, bem como o que consta no art. 4º, II e VI que é complementado pelo art. 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

16.1.1. A comprovação dos critérios de sustentabilidade exigidos nas contratações dar-se-á, no que couber, por intermédio de:

16.1.2. Inscrição nos rótulos ou nas embalagens.

16.1.3. Informações disponíveis no site do fabricante ou dos órgãos competentes.

16.1.4. Apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou credenciada.

16.1.5. Observância de normas do INMETRO, através de requisitos ambientais exigidos para a certificação ou de laudos de laboratórios acreditados pelo referido Instituto, no caso de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

16.1.6. Qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido, o fabricante/distribuidor/fornecedor ou o serviço prestado cumpre com as exigências do edital, como atestados de capacidade técnica produzidos por outros CONTRATANTES, declarações, certificados, registros, credenciamentos e outros.

17. **DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE**

17.1. Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

18. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas referentes às futuras aquisições, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da EBSERH/HU-UFMA, expressamente indicados pela Divisão Administrativa Financeira HU-UFMA/EBSERH.

19. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. **Subcontratação:**

19.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

19.2. **Consórcios:**

19.2.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender as exigências editalícias. Isto pois, as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

19.2.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou, durante a pesquisa de preços, que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

20. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observadas pela nova pessoa jurídica todas as condições de participação e habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

21. DAS PROPOSTA DE PREÇOS

21.1. A licitante deverá apresentar proposta em que conste explicitamente a marca e o modelo do Item ofertado, além do número de Regularização do Produto junto à ANVISA ou comprovante de Produto Não Regulado pela Anvisa. Não será aceito número de protocolo de solicitação de Regularização de Produto junto à ANVISA. Fazendo constar ainda:

- a) Nome comercial/marca;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- c) Prazo de entrega não superior a 60 (sessenta) dias corridos;
- d) Prazo de garantia não inferior ao estabelecido para cada equipamento no item 3 deste Termo de Referência a partir da realização do treinamento operacional do equipamento;
- e) Prazo para instalação e treinamento não superior a 15 (quinze) dias corridos a partir da entrega do equipamento;
- f) Declaração em papel timbrado da LICITANTE, fazendo referência ao presente Edital de Pregão, declarando que, caso seja a vencedora, possuirá rede de assistência técnica treinada, certificada e credenciada pelo fabricante e que prestará assistência técnica durante a instalação e o período de garantia, incluindo: equipamentos, partes, peças, acessórios, software e serviços de engenharia, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

21.2. A LICITANTE deverá apresentar a documentação com a descrição técnica detalhada dos equipamentos, sua funcionalidade, suas características físicas, elétricas e de desempenho, e demais informações necessárias para demonstrar as características do produto, conforme Registro de Produto na ANVISA, quando aplicável.

21.3. A licitante deverá apresentar o documento “Instruções de Uso” (Manual) do Item ofertado para comprovação das especificações técnicas, devendo este documento ser o registrado na ANVISA quando tratar-se de Produto Registrado (Classe III ou IV) neste órgão.

21.4. Quando tratar-se de Produto Regulado pela ANVISA a licitante poderá, para comprovação das especificações técnicas, além do documento “Instruções de Uso” (Manual) do item ofertado apresentar também documentação técnica complementar registrada na ANVISA, não sendo aceito documento não registrado na ANVISA para comprovação das especificações técnicas quando o item ofertado tratar-se de Produto Registrado (Classe III ou IV) neste órgão.

21.5. Quando tratar-se de Produto apenas cadastrado (Classe I ou II) na ANVISA ou Produto Não Regulado pela ANVISA a licitante poderá, para comprovação das especificações técnicas, em substituição ou complementação ao documento “Instruções de Uso” (Manual) do item ofertado apresentar documentação técnica retirada diretamente do site do fabricante do produto.

21.6. Serão considerados como documentação técnica os manuais e relatórios técnicos dos fabricantes, aprovados e integrantes dos processos de registro de produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de acordo com a legislação sanitária em vigor em especial, Lei nº 6.360/1976, Lei nº 6.437/1977, Decreto nº 79.094/77, RDC ANVISA nº 185/2001, quando aplicável.

21.7. As especificações técnicas deste edital estabelecem as características mínimas a serem atendidas pelos equipamentos ofertados. As empresas Licitantes deverão obrigatoriamente descrever e detalhar todos os seus equipamentos, acessórios, partes e componentes em sua proposta comercial devendo todas as suas características serem comprovadas em manuais, catálogos e *datasheets* apresentados. Deve ainda, informar obrigatoriamente marca e modelo, quando aplicável, de todos esses.

21.8. Dos Catálogos:

21.8.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o HU-UFMA/EBSERH se reserva no direito de solicitar catálogos dos materiais ofertados para avaliação técnica;

21.8.2. Os catálogos, quando solicitados, deverão ser apresentados com a descrição de cada item ofertado detalhada em português;

21.8.3. As licitantes devem anexar os catálogos dos itens ofertados, onde deverá conter especificações técnicas detalhadas do fabricante e que comprove atendimento aos requisitos do Termo de Referência. Os licitantes que apresentarem catálogos incompletos poderão ter sua proposta desclassificada. O prazo máximo para o envio dos mesmos será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada.

21.9. É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

21.10. O valor do preço unitário é o máximo que o HU-UFMA dispõe a pagar por contratação.

21.11. O licitante participante deste pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.

21.12. Caso haja discordância entre as especificações destes itens com aqueles do sistema comprasnet (lista de itens), prevalecerá às especificações constantes neste Termo de Referência.

22. **DOS TREINAMENTOS**

22.1. A CONTRATADA deverá prover treinamento de aplicação/operacional para as equipes da CONTRATANTE sobre os equipamentos, sistemas e softwares fornecidos pela CONTRATADA, assim como para os equipamentos, sistemas e softwares das outras empresas que a CONTRATADA deseja fornecer como parte desta proposta.

22.2. O treinamento de aplicação/operacional deverá ser realizado para os grupos de profissionais do corpo clínico, conforme agenda estabelecida pelo Setor de Engenharia Clínica do HU-UFMA.

22.3. Os treinamentos de aplicação/operacional devem ser programados de comum acordo entre a CONTRATADA e o HU-UFMA, e deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos após o término da instalação e liberação do equipamento pela CONTRATADA.

22.4. Estes treinamentos serão realizados nas instalações do HU-UFMA, o qual disponibilizará os espaços físicos e recursos audiovisuais necessários para realização dos treinamentos.

22.5. O treinamento deverá ser formalizado mediante Ordem de Serviço, ou documento similar, da CONTRATADA, atestada pelo Setor de Engenharia Clínica do HU-UFMA.

23. **DA UTILIZAÇÃO DO SRP**

23.1. A vigência da ata é de 12 meses a partir da data de assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

23.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

23.3. A adesão às atas de registro de preços vigentes, deverão obedecer ao disposto no Decreto 7.892/13, que traz: "Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador. § 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão."

23.4. Deverá ser observada, ainda, o contido na Lei 13.303/2016, que dispõe: "Art. 66. O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições: § 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º desta Lei."

23.5. Optou-se por permitir a adesão por entender que, desta forma, poderia estar aumentando o interesse das empresas fornecedoras em participar do Pregão e, conseqüentemente, alimentar a competitividade entre os participantes, o que, em tese, acarretaria preços mais baixos e compras mais efetivas. Além disso, a adesão desde que atenda aos critérios de planejamento, é hoje uma importante alternativa de compra para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

24. **DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

24.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo

39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

24.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

24.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

24.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

24.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

24.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

24.7. **Obrigações da CONTRATADA:**

24.7.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

24.7.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

24.7.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

24.7.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

24.7.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

24.7.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;

e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;

g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

24.7.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

24.7.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

24.7.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

24.7.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

24.7.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;

b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

24.7.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

24.7.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

24.7.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

24.8. **Subcontratação:**

24.8.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

24.8.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

24.9. Disposições gerais:

24.9.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo.

25.2. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

Equipe de Planejamento da Contratação - EPC
Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022 (23032207).

(Assinado eletronicamente)

VICTOR MARINHO SOUSA

Analista Administrativo - Administração

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2167861 . Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)

MÁRCIO DE ARAÚJO SANTOS

Engenheiro Clínico

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2233418. Técnico Responsável.

(Assinado eletronicamente)

THIAGO WANDERSON DE MORAES PEREIRA

Chefe da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2232556. Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques.

(Assinado eletronicamente)

GEYZYANNE LANNY SANTOS DE LIMA

Chefe da Unidade de Compras

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, Unidade de Compras.

(Assinado eletronicamente)

GERMANA MODESTO CARDOSO DE OLIVEIRA

Chefe da Unidade de Contratos

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2131230. Unidade de Contratos.

(Assinado eletronicamente)

VANIA DA SILVA MAIA

Chefe da Unidade de Licitações

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 551707. Unidade de Licitações.

(Assinado eletronicamente)

DEMÓSTENES PINTO SANTOS

Chefe do Setor de Engenharia Clínica

Equipe de Planejamento da Contratação conforme Portaria-SEI nº 21, de 21 de Janeiro de 2022, matrícula Siape 2167861. Responsável Demandante e Técnico Responsável.

1. De acordo.

2. Diante da necessidade exposta e da manifestação da área técnica, a referida contratação representa um apoio relevante para a manutenção da infraestrutura necessária para garantir a prestação de serviços ofertados pelo HU-UFMA.

3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.

(assinado eletronicamente)

EURICO SANTOS NETO

Gerente Administrativo

HU-UFMA/MEC-EBSERH

Portaria-SEI nº 115, de 1º de abril de 2022 (23326054)



Documento assinado eletronicamente por **Victor Marinho Sousa, Analista Administrativo**, em 29/08/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Demostenes Pinto Santos, Chefe de Setor**, em 29/08/2022, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vania da Silva Maia, Chefe de Unidade**, em 29/08/2022, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Wanderson de Moraes Pereira, Chefe de Unidade**, em 29/08/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio de Araujo Santos, Engenheiro(a) Clínico(a)**, em 29/08/2022, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germana Modesto Cardoso de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 29/08/2022, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Geyzyanne Lanny Santos de Lima, Chefe de Unidade**, em 30/08/2022, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 30/08/2022, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23844920**

e o código CRC **083181CA**.

Referência: Processo nº 23523.026540/2022-33 SEI nº 23844920